

Com o encerramento do Plenário da Assembleia da República a 19 de Julho,
É tempo de prestar contas aos trabalhadores e ao povo.

PCP Presta Contas aos trabalhadores das Rodoviárias de Mercadorias

Quando se chega às eleições, e antes de apresentar os compromissos para o futuro, é sempre importante Prestar Contas do trabalho realizado na legislatura que termina. Como sempre, **só o PCP faz essa prestação de contas.**

No mandato que agora termina, a idade limite para condução profissional foi aumentada dos 65 para os 67 anos. **O PCP combateu esse aumento** e defendeu que fosse garantido o acesso imediato à reforma sem penalizações assim que fossem atingidos os 65 anos. Mas PS/PSD/CDS aliaram-se mais uma vez para fazer aprovar este adiamento da idade de reforma dos motoristas. E o Presidente da República promulgou, sem qualquer reparo, esta lei, apesar de meses mais tarde ter vindo a público mostrar-se chocado com essa idade de reforma.

O Grupo Parlamentar do PCP interveio também em torno de processos de luta concretos, quer prestando solidariedade aos trabalhadores em luta quer denunciando abusos da patronal (Empresas do Porto de Leixões, T.N. Nogueira, Ambicargo, Pereira e Pestana).

O Grupo Parlamentar do PCP **exigiu ainda que o Governo actuasse para obrigar as entidades patronais a cumprir com as novas obrigações** negociadas no CCTV de 2018. O Governo tem que cumprir e fazer cumprir as leis todas, incluindo aquelas que defendem os trabalhadores, mas para esse propósito nunca houve recursos nem vontade, que só apareceram quando se tratou de exarcebar a lei que permite decretar serviços mínimos (e nunca máximos) em algumas situações. O PCP denunciou na Assembleia da República que muitas entidades patronais estavam a recusar-se a cumprir o CCTV negociado, se recusavam a aumentar significativamente a parte declarada dos salários, e algumas estavam até a reduzir o salário líquido, violando o acordado, ambas roubando os trabalhadores, a segurança social e as finanças, perante a cúmplice passividade do Governo. A realidade é que as Autoridades só fiscalizam os motoristas sobre questões de segurança rodoviária e comerciais, mas desaparecem quando se trata de verificar se estão a ser pagos como devem ou se estão a ser coagidos a executar tarefas que não são suas.

O Grupo Parlamentar do PCP interveio ainda na apresentação de **propostas concretas para melhorar** toda a logística necessária para garantir **condições dignas e seguras de repouso e descanso** dos motoristas.

O Grupo Parlamentar do PCP teve ainda uma destacada intervenção **nas questões laborais**, que acabam por interessar aos trabalhadores de todos os sectores, incluindo os motoristas de mercadorias. Conseguimos **alguns importantes avanços**, como por exemplo recuperar os 4 feriados roubados pelo anterior governo, reduzir os impostos sobre os trabalhadores e fazer aumentar o salário mínimo de 505 para 600 euros (apesar das propostas do PCP, que eram maiores, terem sido sempre rejeitadas). Mas a área laboral foi aquela onde a convergência do PS com o PSD/CDS mais se fez sentir: por exemplo, propusemos um conjunto de medidas para voltar a dar mais força aos trabalhadores na negociação colectiva, mas PS/PSD/CDS chumbaram-nas, e ainda fizeram aprovar alguns agravamentos, como o do período experimental (de 90 para 180 dias).

Sem esquecer a questão central dos salários. O PCP tem apontado que o aumento geral dos salários é uma emergência nacional, pois será essencial para melhorar a vida dos trabalhadores, garantir uma mais justa repartição da riqueza produzida, dinamizar a economia e o mercado interno. Os motoristas de mercadorias podem continuar a contar com a solidariedade do PCP para a defesa dos seus direitos e a melhoria das suas condições de vida e de trabalho.

Mais força à **CDU**

PCP - PEV



Em defesa dos trabalhadores das Rodoviárias de Mercadorias Iniciativas Legislativas do Grupo Parlamentar do PCP no mandato 2015/2019:

03-12-15	PG 56/XIII/1	Segurança no trabalho nas empresas de transportes de mercadorias a operar no porto de Leixões
22-01-16	PG 407/XIII/1	Situação dos Trabalhadores do Grupo T.N. Transportes Nogueira, S.A
01-07-16	PG 2657/XIII/1	Situação dos trabalhadores da empresa Ambicargo Transportes no Parque Industrial da Quimiparque, no Barreiro
13-10-16	PAP 26/XIII/2	Decreto-Lei n.º 40/2016, de 29 de julho, que “Altera o Código da Estrada... Relativa à carta de condução”
19-10-16	PJR 520/XIII/2	Pelo direito à reforma sem penalizações para as profissões com limite de idade para o seu exercício
18-10-17	Pg 126/XIII/3	Problemas laborais na empresa de transportes Pereira e Pestana Lda
12-04-18	PJL 828/XII/3	Reposição do termo de validade das cartas de condução das categorias CE, D1, D1E, D, DE para os 65 anos de idade
07-06-19	Pg 2249/XIII/4	Não aplicação e cumprimento da Contratação Colectiva para o sector do Transporte Rodoviário de Mercadorias
03-07-19	PJR 2259/XIII	Por condições dignas e seguras de repouso e descanso dos motoristas do sector rodoviário

Legenda:

PG (Pergunta); PJL (Projecto-Lei); PJR (Projecto de Resolução); PAP (Pedido de Apreciação Parlamentar)
(Todas estas iniciativas legislativas podem ser lidas na íntegra em parlamento.pt)

Em Bruxelas, cozinham-se novos ataques aos motoristas

As condições de trabalho no Sector são muito influenciadas pelas directivas comunitárias. Há uns anos, vieram com as directivas sobre o tempo de condução, que criaram o tempo de disponibilidade que ainda hoje os patrões tentam utilizar para roubar tempo de trabalho efectivo aos motoristas.

Nos últimos 2 anos, com o «Pacote de Mobilidade I», estão a tentar alterar as regras para a cabotagem, para o destacamento e para o descanso dos motoristas.

Nestes debates no Parlamento Europeu, quer o Governo Português quer o PS/PSD/CDS defenderam no essencial as posições dos patrões: máximo de dias de cabotagem e de trabalho fora do país, máxima exclusão dos motoristas dos direitos dos trabalhadores destacados, chegando ao ponto de proporem que o descanso semanal regular podia ser gozado em cabine.

Os deputados do PCP bateram-se pela defesa dos direitos dos motoristas portugueses, enquanto PS/PSD/CDS/Governo aprovavam medidas gravíssimas como alargar para 4 semanas o tempo que um carro e um motorista podem estar fora, como proibir que os controlos de estrada fiscalizem as questões laborais, como suspender a aplicação da directiva do destacamento aos motoristas.

Estas medidas aprovadas em Bruxelas não entram imediatamente em vigor, e muitas terão de ser vertidas para a legislação nacional. Nessa altura será necessário ir à luta, nas estradas e no parlamento. Nós lá estaremos, como sempre, com a força que o povo nos der.

Avançar é preciso!

PCP-PEV

